S. R.

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA
25 DE JANEIRO DE 2022
Teleconferência

Súmula das deliberações tomadas

1. Atos de gestão:

a) Deliberado ratificar o despacho n.º 026/2021/CSTAF, de 20 de dezembro de 2021, referente ao pedido de autorização formulado pelo Senhor Diretor do Centro de Estudos Judiciários para nomeação dos Presidentes de júri e à nomeação de juízes para integrarem os Júris das provas orais de acesso ao 9.º Curso de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais.

b) Deliberado desligar do serviço, para fins de aposentação/jubilação, o Senhor Juiz Desembargador João Beato Oliveira de Sousa.

c) Deliberado atender a pedido de realização de inspeção extraordinária formulado por um Senhor Juiz Desembargador.

d) Deliberado indeferir pedido de permuta, desatender uma oposição/pretensão formulada e proceder à notificação de uma Senhora Juíza de direito Requerente da permuta para que, querendo, declare expressa e inequivocamente se aceita permutar com outra Senhora Juíza de direito interessada.

e) Deliberado informar um Senhor Juiz de Direito que, enquanto se encontrar suspenso do exercício de funções, não carece de autorização para efetuar a reinscrição em curso de Doutoramento e para assistir às respetivas aulas. E, caso o reinício de funções venha a ocorrer durante uma eventual frequência do curso, terá de solicitar e obter autorização para o poder continuar a frequentar.

f) Deliberado, relativamente ao pedido formulado pelo Senhor Juiz Conselheiro Paulo Filipe Ferreira Carvalho, atribuir-lhe uma remuneração equivalente a 2/5

do respetivo vencimento, pelo serviço prestado, em regime de "acumulação/substituição", como Presidente do Tribunal Tributário de Lisboa e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 e 1 de setembro de 2021.

g) Deliberado, relativamente ao pedido formulado pelo Senhor Juiz Desembargador Antero Pires Salvador, atribuir-lhe uma remuneração equivalente a 2/5 do respetivo vencimento, pelo serviço prestado, em regime de "acumulação/substituição", como Presidente do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2020 e 1 de setembro de 2021.

h) Deliberado dar anuência à nomeação do Senhor Juiz de direito Luís Fernando Borges Freitas para, em comissão de serviço, exercer as funções de Chefe de Gabinete da Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, com efeitos a 1 de fevereiro de 2022.

i) Deliberado arquivar uma exposição e dar conhecimento ao IGFEJ para que pondere a possibilidade de introduzir no SITAF mecanismos de prevenção da situação referida, designadamente: i) a criação no programa informático SITAF de uma ferramenta que permita a obtenção a cada utilizador, por consulta, de listagens de processos que se encontrem "sem fluxo"; e, ii) que, aquando da redistribuição de processos, designadamente redistribuição em lote, o fluxo seja colocado na respetiva unidade orgânica.

j) Deliberado arquivar uma exposição relacionada com um processo.

k) Deliberado arquivar uma queixa apresentada contra um Senhor Juiz de direito.

l) Deliberado designar o Juiz Conselheiro, eleger os Vogais não Magistrados e eleger, por voto secreto, os Professores Universitários de Direito, com a categoria de professor catedrático, para integrarem os júris dos concursos para provimento de vagas de Juiz Conselheiro da Secção de Contencioso Administrativo e de Juiz Conselheiro da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo.

m) Deliberado abrir e fixar os termos dos concursos para o provimento das vagas existentes de Juiz Conselheiro da Secção de Contencioso Administrativo e de Juiz Conselheiro da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo, bem como das vagas que, entretanto, ocorram e das que, no período de validade dos concursos, venham a ocorrer e cujo preenchimento seja ajuizado pelo Conselho e função das necessidades de serviço.

2. Classificações e notações:

a. Foi aprovada uma classificação de serviço de “Muito Bom”.

Lisboa, 26 de janeiro de 2022

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso